A ELEIÇÃO SENATORIAL DO DR. MANUEL DO NASCIMENTO

JOSÉ MARCELO PINTO

Pela segunda vez, José Martiniano de Alencar governava a Província do Ceará, (1) quando ocorreu, na Côrte, o falecimento do senador João Antônio Rodrigues de Carvalho. (2)

Com o advento do reinado de D. Pedro II, os liberais vibraram um golpe de mestre na regência conservadora (3) e alcançaram as posições de mando. (4) Intentaram a derrubada dos adversários dos cargos de relêvo que ocupavam, sòmente alguns sendo poupados. (5)

Assim, era natural que para o Ceará, onde os partidos estavam divididos e encarniçados, fôsse enviado um elemento que reunisse "à muita ilustração bastante pêso (influência) na província". (6) Escolhido por Antônio Carlos, a quem deu a segurança de que não abusaria das elevadas funções para oprimir os contrários, o senador Alencar teve o seu nome aprovado pelo Conselho de Ministros.

Aliás, por causa dessa indicação, o ilustre Andrada sofreria, ao deixar o govêrno, rudes ataques de Honório Hermeto Carneiro Leão, que aproveitava tôda ocasião para investir contra Alencar, o antigo companheiro do 7 de abril. (7)

Ferino como sempre, o então deputado por Minas Gerais recordava o fuzilamento de Pinto Madeira, fato lamentável que qualificava de assassinato a provar a imprevidência do presidente Alencar "que não conhecia o estado de civilização de sua provincia". (8)

Ao chegar à cidade de Fortaleza, o senador José Martiniano de Alencar encontrou a sua terra agitada. Recebeu a administração das mãos do major João Facundo de Castro Menezes, que estava no exercício da presidência desde 9 de setembro de 1840, substituindo o Dr. Francisco de Sousa Martins, (9) deputado pela Província do Rio de Janeiro, e um dos seus primeiros atos foi dilatar o adiamento dos trabalhos da assembléia provincial. (10)

A efervescência partidária era extremada. A oposição chefiada pelo Dr. Miguel Fernandes Vieira, Presidente da assembléia da Pro-

vincia, não se conformava em ter perdido o govêrno quando perseguira os adversários, a ponto de mandar "recrutar e sentar praça na 1.ª linha aos cidadãos João Tomé da Silva, Manuel Joaquim de Sousa e Vasconcelos e Francisco Laureano Figueira de Melo, da vila de Sobral". Apresentando-se em palácio ao presidente Sousa Martins, foram presos; pouco importava que fôssem "dos principais e proprietários daquela vila, casados, pacíficos e de famílias distintas, e até um dêles vereador à câmara municipal". (11)

Aproximavam-se as eleições para a 5.ª legislatura da Assembléia Geral, e, para piorar o seu desespêro, falecia João Antônio Rodrigues de Carvalho, abrindo-se uma vaga no Senado do Império.

Era necessário, portanto, perturbar a ordem na província de modo a tumultuar as eleições que não podiam ser perdidas... (12)

Um elemento serviu às maravilhas para a execução da turbulência premeditada: o ten.-cel. Francisco Xavier Tôrres, comandante das fôrças em operações contra os "balaios", no Piauí, e do batalhão provisório de caçadores, (13) cujo ajudante de ordens (cap. Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá) se encarregou de preparar o motim, (14) sendo o plano "achado na copa do chapéu do Sr. Tôrres"... (15)

Atento às manobras dos oposicionistas e disposto a enfrentar qualquer situação, (16) o senador Alencar seguiu para Sobral onde ao chegar exonerou o ten.-cel. Tôrres, fazendo prender oficiais (capitães Manuel Moreira da Rocha, José Domingos Tôrres, ten. João Batista de Melo e o alferes-ajudante Joaquim da Rocha Moreira), que, sob escolta, recolheram à capital, sendo levados para bordo da escuna de guerra "Vitória", comandada pelo cap.-ten. Caetano Alves de Sousa.

O ten-cel. Tôrres procurou dar execução ao plano, (17) insurgindo-se. Houve luta e o presidente quase foi feito prisioneiro. (18) Afinal, venceram as tropas legais e o chefe da malograda intentona fugiu, indo ficar com 40 soldados na fazenda "Caiçara", perto de Baturité, donde propôs entregar as armas se ficassem em liberdade até decisão do govêrno imperial. Mas José Martiniano de Alencar recusou (19) e o militar acabou mesmo prêso, chegando a Fortaleza no dia 24 de janeiro de 1842, seguindo depois para a Côrte (8 de fevereiro seguinte).

Ao mesmo tempo que isso sucedia em Sobral, também "tinha aparecido revolta em São Bernardo: o cidadão Joaquim Emílio Aires, para desafrontar-se do que tinham feito com sua espôsa, pôs-se em marcha à frente de 1 800 homens para cercar a vila do Aracati que atacou". (*Jornal do Comércio*, 10 de fevereiro de 1841.)

Igualmente, em Fortaleza houve alteração da ordem pública: às provocações da oposição o govêrno respondeu com fôrça: um destacamento policial postou-se à frente do edifício da assembléia provincial que estava em sessão. O Dr. Miguel Fernandes Vieira, temeroso de ser prêso, abandonou a presidência, lançando depois um ma-

nifesto ao povo. (20) Sua residência foi cercada por "50 e tantas praças de primeira linha e mais outros tantos guardas de ligeiros".

Logo mais, elementos exaltados da situação arrombaram uma das portas do prédio onde se achava a tipografia de propriedade do Dr. Miguel Fernandes Vieira e que imprimia os jornais da oposição — *Pedro II* e *Popular* —, quebraram o prelo e as caixetas de tipos.

Houve uma tentativa de apaziguamento, tendo o coronel José Antônio Machado (21) ido a palácio entrevistar-se com o Presidente a quem lembrou que o Ministro do Império (Antônio Carlos) "lhe tinha assegurado que S. Exa. não deixaria de conciliar os ânimos".

Embora as amabilidades trocadas, êsse encontro não surtiu efeito e José Martiniano de Alencar solicitou que o comerciante voltasse "à tarde, levando alguns amigos de maior influência e prestígio".

Assim aconteceu. O cel. Machado levou o Dr. Miguel Fernandes Vieira e o negociante Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, (22) sendo o Presidente da assembléia provincial e chefe da oposição encarregado de apresentar ao senador Alencar as medidas que considerava apropriadas a chamar à ordem os seus descontentes partidários. O Presidente não as aceitou, concordando sòmente em esquecer todos os agravos, mandando soltar as pessoas detidas e dar cumprimento à leis provinciais cuja execução fôra suspensa pelo vice-presidente major João Facundo.

Foi nesse clima de inquietação que se realizou o pleito. O presidente Alencar elegeu os oito deputados à Assembléia Geral e os dois suplentes, (23) bem assim a lista tríplice para o preenchimento da vaga de senador. (24)

Entretanto, na Côrte, acontecimentos políticos alteravam radicalmente a feição partidária do govêrno: por causa da permanência do general João Paulo dos Santos Barreto no cargo de comandante das fôrças legais na Província do Rio Grande do Sul, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Ministro dos Estrangeiros, provocara séria crise no seio do govêrno que acabou por solicitar exoneração. (25)

Voltavam ao poder os conservadores (26) e José Martiniano de Alencar cuidou de passar o govêrno provincial (6 de abril de 1841) ao vice-presidente major João Facundo que o entregaria, pouco depois (9 de maio), ao brigadeiro Joaquim José Coelho (nomeado a 1.º de abril), mais tarde agraciado com o título de Barão da Vitória.

Com a inesperada mudança política, Antônio Carlos via escapar a possibilidade de ser escolhido senador do Império pela Província do Ceará.

João Brígido escreveu (27) que o senador Alencar, ao incluir o nome do fogoso Andrada na lista tríplice, metera uma "cunha" às pretensões de Manuel do Nascimento Castro e Silva. A assertiva é gratuita e injuriosa à memória do ilustre político cearense, incapaz de praticar um ato dessa natureza.

Antônio Carlos foi "metido" na lista tríplice porque tal proceder constituía um precedente que se estabelecera desde o princípio do 1.º reinado, isto é, que era lícito aos ministros da Coroa prevalecerem-se do poder para se apresentarem candidatos nas províncias. (28)

Titular da Pasta do Império e figura tôda-poderosa do gabinete da "maioridade", Antônio Carlos procurou ser nomeado para o senado por duas vagas: a do Ceará e a do Pará, esta decorrente do falecimento (20 de abril de 1840) de José Joaquim Nabuco de Araújo, Barão de Itapoã. Mas esta última teve a eleição anulada pelo govêrno imperial (20 de novembro de 1841) por haver falecido o vice-almirante Tristão Pio dos Santos, primeiro da lista tríplice, antes da nomeação. Feita nova eleição, tirou proveito José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, para se candidatar, sendo escolhido: carta imperial de 3 de dezembro de 1842. (29)

Mais tarde, D. Pedro II resolveu acabar com tal praxe, daí surgindo seu incidente com o conselheiro José de Alencar, que era Ministro da Justiça do gabinete presidido por Joaquim José Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí. (30)

Porém, a agitação política em que se encontrava a Côrte, inconformados os liberais com as medidas legislativas tomadas pelo govêrno — aprovação dos projetos que criava um conselho de estado e reformava o Código de Processo Criminal —, proporcionava ao gabinete motivo para demorar o encaminhamento ao monarca das atas da eleição senatorial do Ceará.

Exacerbados os ânimos, pois já se falava abertamente na dissolução da futura câmara dos deputados, (31) no dia 13 de setembro, antes de se iniciar a sessão do Senado, José Martiniano de Alencar teve sério atrito com o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, também membro da câmara vitalícia. (32)

Sòmente a 17 de novembro foi que D. Pedro II fêz a escolha do nôvo senador, assinando a respectiva carta de nomeação. Sua preferência, contra a expectativa geral, recaiu sôbre Manuel do Nascimento Castro e Silva. (33) Porque, apesar dos ódios políticos, todos proclamavam os méritos de Antônio Carlos, cheio de inestimáveis serviços prestados ao Brasil.

Próximo o encerramento da legislatura (21 de novembro), havia que apressar o encaminhamento, ao Senado, da carta imperial que constou do expediente do dia 19, sendo logo remetida à Comissão de Constituição. (34)

Suspensa a sessão às 11 horas pelo Conde de Valença, (35) "a fim de que a Comissão haja de interpor parecer" sôbre a nomeação, logo depois o mesmo era lido e aprovado, deliberando-se que "o sr. Manuel do Nascimento Castro e Silva fôsse convidado para vir amanhã tomar assento".

No dia seguinte, aberta a sessão, o presidente (Conde de Valença) anunciou a presença do nôvo senador, sendo "eleitos à sorte

para a deputação que tem de recebê-lo os srs. Monteiro de Barros, (36) Cunha e Vasconcelos (37) e Visconde de Olinda (38) E, introduzido, o dito senador presta juramento e toma assento". (39)

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, então com 67 anos de idade, só lograria ser nomeado senador em 1845, representando a província de Pernambuco (carta imperial de 29 de maio), com o gabinete liberal poucos dias antes organizado. (40)

Morreria alguns meses depois, na noite de 5 de dezembro, sendo sepultado no Mosteiro de São Bento "para onde os despojos foram conduzidos com tôdas as honras devidas à sua alta jerarquia, presente extraordinário concurso de povo". (41)

Os rancores do Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), que em 1841 influenciaram o adolescente monarca na escolha senatorial, nada mais valeram, quando a sepultura estava prestes a ser aberta para receber aquêle que "nenhuma esperança depositava no futuro a não ser justiça e a vingança da posteridade", para evitar que o Andrada fôsse participar da "Casa dos Anciões da Pátria".

NOTAS

1 — Nomeado a 23 de agôsto de 1833, tomou posse a 6 de outubro de 1834, deixando o govêrno a 25 de novembro de 1837. Com a maioridade de Dom Pedro II, voltou à administração de sua província por nomeação de 10 de setembro de 1840, empossando-se a 20 de outubro seguinte (Barão Homem de Melo, na *Rev. Trimestral do Instituto do Ceará*, tomo IX, 1.º e 2.º trimestres de 1895, págs. 56/7).

2 — Faleceu a 3 de janeiro de 1841, sepultando-se no dia seguinte na Igreja dos Terceiros do Carmo (*Jornal do Comércio*, de têrça-feira, 5 de janeiro de 1841, n.º 4).

3 — Na eleição de 22 de abril de 1838, para a regência efetiva, Pedro de Araújo Lima obteve o 1.º lugar com 4.308 votos, em 2.º veio Holanda Cavalcanti, com 1 981 (Pedro Calmon, *História do Brasil — Império*, vol. IV, pág. 311).

4 — Constituído a 24 de julho de 1840, o gabinete da "Maioridade" governou até 23 de maio do ano seguinte:

Ministro do Império	— Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva
Ministro da Justiça	— Antônio Paulino Limpo de Abreu
Ministro dos Estrangeiros	— Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho

Ministro da Fazenda	— Martim Francico de Andrada
Ministro da Marinha	— Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque)
Ministro da Guerra	— Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão e Visconde de Suassuna).

5 — Manuel Felizardo de Sousa e Melo, nas Alagoas, D. Manuel de Assis Mascarenhas, no Rio Grande do Norte, D. José de Assis Mascarenhas, em Goiás, e o gen. Soares de Andréa, em Santa Catarina (Discurso do deputado Peixoto de Alencar, na sessão de 15 de maio de 1841, — *Anais da Câmara dos Deputados*, 4.º ano da 4.ª legislatura, vol. I, pág. 130).

6 — Discurso de Antônio Carlos na sessão de 19 de maio de 1841 — ver *Anais cits. págs.* 171/185.

7 — Discurso na sessão de 14 de maio de 1841 (*Anais*, cits., págs. 103/115).

No dia seguinte, estranhando a inqualificável atitude do futuro Marquês de Paraná, Peixoto de Alencar dizia perante a Câmara:

"... eu lamento que o nobre deputado, tão probo como é, dotado de qualidades que não lhe posso negar, esteja tão prevenido contra um homem que já foi seu amigo e que outrora me dizia no Ceará: — "Um dos amigos que tenho no Rio de Janeiro é o sr. Honório Hermeto Carneiro Leão." — (*Anais*, págs. 128/137).

8 — Discurso na sessão de 14 de maio de 1841.

9 — Nomeado a 18 de dezembro de 1839, tomou posse a 3 de fevereiro de 1840, deixando o govêrno a 9 de setembro seguinte (Barão Homem de Melo, cit., págs. 56/57).

10 — Carta do Dr. Miguel Fernandes Vieira a um seu amigo: "No dia 21, Alencar prorrogou o adiamento da assembléia para 11 de dezembro, a fim de esperar decisão da Côrte, de acôrdo com a qual quer marchar; sempre teve mais tino que o Facundo" (Discurso do deputado Peixoto de Alencar, na sessão de 15 de maio de 1841 — *Anais*, cits., págs. 128 a 137).

11 — Discurso do deputado Peixoto de Alencar, na sessão de 27 de maio de 1841 (*Anais*, págs. 291/292).

12 — Carta do Dr. Miguel Fernandes Vieira ao cel. Inácio Ribeiro Bessa, chefe político da Vila de Russas: "As eleições primárias terão lugar a 20 de dezembro, as secundárias a 10 de janeiro e a apuração no 1.º de março; portanto, meu caro, vá desde já empregando os meios precisos para êsse combate; nada de deixar a súcia vencer..." (Discurso do deputado Peixoto de Alencar, na sessão de 15 de maio de 1841 — *Anais*, cits. págs. 128/137).

13 — "Benemérito e bravo", diria uma correspondência da província publicada no *Jornal do Comércio* de 4.ª-feira, 10 de fevereiro de 1841.
Faleceu na Côrte, no pôsto de brigadeiro reformado, a 25 de março de 1873.

14 — "Ainda que o Alencar mande outra vez ordem para que haja de retirar-se, não o faça enquanto se não proceder às eleições" (Trecho de uma carta do Dr. Miguel Fernandes Vieira, lida pelo deputado Peixoto de Alencar na sessão de 15 de maio de 1841 — *Anais*, cits., págs. 128-137).

15 — Discurso do deputado Peixoto de Alencar, na sessão de 15 de maio de 1841.

16 — "... o senador Alencar tem alguma coragem na verdade para arrostar os perigos e quando é presidente não sofre que a sua autoridade seja menoscabada". (Discurso do deputado Peixoto de Alencar na sessão de 26 de julho de 1841, *Anais*, tomo II, págs. 343/344).

17 — Respondendoa Francisco de Sousa Martins, o deputado Peixoto de Alencar discursou na sessão de 22 de maio de 1841, lendo então a seguinte carta:
"Amigo Lins
"Papacu, 13 de dezembro de 1840
"Aí vai o nosso amigo major Ribeiro e vc. deve vir para aqui em virtude das ordens do nosso bom amigo Tôrres que esta noite falou com o major e disse o que nós devíamos fazer hoje ou amanhã.
"Venha já e já. Aqui temos 22 praças que mandei vir de São Pedro, estão boas como um pero" (Sessão de 22 de maio de 1841, *Anais*, cits., págs. 213/239).

18 — "A Assembléia Legislativa Provincial, exultando de prazer por ter S. Exa. restituído à capital, depois de tão iminente perigo, ficando salvo por milagre do Onipotente, e pela coragem dos bravos oficiais e briosos Sobralenses, que, em 12 horas de renhido fogo, deram as mais vivas demonstrações de denôdo e adesão ao govêrno, assegura unânimemente a V. Exa. sua alta consideração e estima à pessoa de V. Exa., em quem a Assembléia tanto confia, esperando ver a paz restituída às famílias, e a prosperidade engrandecendo a Província, e para isto ela, e cada um de seus membros em particular, se oferecem a V. Exa. com seus bens e vida.
(aa) José Lourenço de Castro e Silva, Frederico Augusto Pamplona, Miguel Joaquim Aires do Nascimento, Domingos Carlos de Sabóia e José Teixeira de Castro" (*Jornal do Comércio* de 10 de fevereiro de 1841).

19 — Ofício do Presidente Alencar a Antônio Paulino Limpo de Abreu, Ministro da Justiça, datado de 17 de janeiro de 1841.

20 — "Os receios de violência que o Presidente da Assembléia tinha de ser constrangido pela fôrça bruta não foram mal fundados; os sucessos que se seguiram o demonstram exuberantemente.

. . . . . .

"Cearenses, vêde a que ponto de audácia chega o procedimento dessa hoje nula maioria que, não descobrindo nas leis o meio de lançar fora o seu presidente, e obrar quanto lhe surgisse sua tresloucada cabeça, como a experiência de sua vida pública, por uma fatalidade que é incrível descrever, nos mostra, pede recurso à fôrça bruta...

"O Presidente da Assembléia faltaria ao seu mais rigoroso dever se deixasse de manifestar aos seus constituintes e à Província inteira os arteiros e pérfidos manejos com que a pretende encadear o partido do govêrno atual.

. . . . . .

"Recorrei, Cearenses, ao poder competente, pelos meios estabelecidos na Constituição, contra êstes atos insólitos, filhos de uma maioria inteiramente nula e que só respira o ódio, vingança e reação, caso mereçam a sanção do govêrno.

Cidade de Fortaleza, 19 de setembro de 1840

(a) Miguel Fernandes Vieira."

21 — Influente político, foi vice-presidente do Ceará em 1826, governando a Província Antônio de Sales Nunes Belfort. Por ocasião da sêca e fome de 1825 a 1827, foi incumbido com o cap.-mor Joaquim José Barbosa de receber e distribuir os socorros particulares e públicos.

Negociante rico, tinha em grande parte do Ceará devedores que a sêca e as desgraças públicas haviam tornado insolváveis. Incumbiu a êsses devedores, que nada tinham então, de distribuírem em conta de seus débitos pelo povo a quota consignada a cada localidade e assim pagou-se em parte do que lhe deviam; mas os infelizes não receberam o socorro. O presidente Belfort, que jamais argüiu qualquer cousa à honorabilidade do cap.-mor Barbosa, por duas vêzes ameaçou o cel. Machado que não fêz caso. Então o Presidente queixou-se ao govêrno imperial.

O desembargador Paulino Nogueira defendeu a memória do cel. José Antônio Machado (*Rev. Trimestral do Instituto do Ceará*, tomo IX, págs. 291 e segs.), mas o senador Pompeu em seu *Juízo Histórico Sôbre Fatos do Ceará* diz, textualmente: "houve-se de uma maneira cínica e cruel" (*Rev. Trimestral*, cit., 1.º e 2.º trimestres de 1895, pág. 7).

22 — Homem de largos haveres, por 5 vêzes administrou a Província na qualidade de vice-presidente.

Conta o Barão de Studart, sempre circunspecto e cuidadoso nos seus relatos, que o cel. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, fazendo-se amigo do cap.-mor Joaquim José Barbosa, ouviu dêste que pretendia se retirar, imediatamente, do Ceará, fugindo às

perseguições do brigadeiro José Joaquim Coelho, que, administrando a Província, seuia a orientação política do Dr. Miguel Fernandes Vieira, seu chefe de polícia. Pressuroso, foi levar ao presidente "a conversa que tinha tido com quem chamava amigo, e, pela madrugada, cercada a residência do capitão-mor, foi êste prêso ainda no leito" (*Dic. Biobibliográfico,* cit., vol. II, págs. 25 a 34).

Foi soro do Dr. José Smith de Vasconcelos, 1.º barão de Vasconcelos, casado com sua filha d. Francisca Carolina Mendes da Cruz Guimarães (*Arquivo Nob. Brasileiro,* ed. de 1918, págs. 529/531).

23 — "Ceará"

Eleição para deputados à 5.ª legislatura, pela Província do Ceará.

Os srs.:

Manuel do Nascimento Castro e Silva	944	votos
Rev. Carlos Peixoto de Alencar	930	"
Vicente Ferreira de Castro e Silva	925	"
Dr. Francisco de Sales Tôrres Homem	896	"
Dr. João Capistrano Bandeira de Melo	885	"
José Mariano Cavalcanti de Albuquerque	880	"
Joaquim Inácio da Costa Miranda	809	"

Suplentes do partido do Presidente:
Os srs.:

Alexandre Maria de Mariz Sarmento	477	"
Des. Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja	377	"
João Paulo de Miranda	150	"

Suplentes da oposição:

Rev. José da Costa Barros	116	"

Imediatos oposicionistas:
Os srs.:

Felipe Mena Calado da Fonseca	72	"
Dr. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	31	"

(*O Despertador,* coleção de 1841, n.º 975).

24 — "Ceará"

Resultado da eleição de um senador pela Província do Ceará:
Os srs.:

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	658	votos
Manuel do Nascimento Castro e Silva	635	"
Rev. José Ferreira Sucupira	610	"

(*O Despertador,* cit., n.º 977).

25 — *Jornal do Comércio*, de 23 de março de 1841:
"A crise ministerial"
"Huma hora da noite
"S. M. o I. concedeu ontem a demissão aos 5 ministros que não queriam a mudança do gen. do Rio Grande e diz-se que estão encarregados de formar outro nôvo ministério os srs. Aureliano e Marquês de Paranaguá, e que hoje ficará organizado."

26 — Gabinete de 23 de março de 1841 a 2 de janeiro de 1843:

Ministro do Império	— Cândido José de Araújo Viana
Ministro da Justiça	— Paulino José Soares de Sousa
Ministro dos Estrangeiros	— Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho
Ministro da Fazenda	— Miguel Calmon du Pin e Almeida
Ministro da Marinha	— Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá
Ministro da Guerra	— José Clemente Pereira

(Max Fleiuss, *Hist. Administrativa do Brasil*, págs. 243/4)

27 — *Eleições senatoriais do Ceará*, cap. V.

28 — *Jornal do Comércio*, 15 de julho de 1841.

29 — Lista tríplice:

José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, com	365 votos
D. Romualdo Antônio de Seixas	283 "
Marcos Antônio Brício, Barão de Jaguarani, Oficial Superior do Exército	129 "

(Ver Afonso Taunay, *O Senado do Império*, págs. 220/221).

30 — O Imperador, numa reunião do conselho, disse o seguinte: "Os srs. devem fazer passar nas Câmaras uma lei impedindo aos membros do ministério a candidatura à eleição senatorial. A inclusão do nome de um ministro na lista tríplice, além de constituir verdadeiro escândalo eleitoral, tira ao Poder Moderador o direito de escolha."
Todos os ministros concordaram e José de Alencar, sendo dos que mais se entusiasmaram com a idéia, foi encarregado de encaminhá-la.
Decorridos poucos meses, apareceu em São Cristóvão, em dia que não era de despacho, para anunciar a D. Pedro II a resolução de pleitear a eleição de senador pelo Ceará.
O Monarca ficou pasmado:
— "Então, o sr. esqueceu-se de nossa combinação? Eu que confiava tanto nas suas promessas!"
— "Não me esqueci, replicou José de Alencar, e para tirar V. M. de qualquer embaraço, venho hoje pedir a minha demissão."

— "Mas, sr. Alencar, permita que lhe diga uma verdade: isto é capcioso."

O escritor e político conservador não aceitou as ponderações do soberano, demitiu-se e foi candidato. Mas não foi o escolhido. Magoado, desde então fêz quanto mal pôde, na tribuna e na imprensa, a D. Pedro II, embora guardando formas respeitosas. (*Memórias,* do Visconde de Taunay, págs. 167/168).

31 — *O Maiorista,* de 5 de junho de 1841 (Coleção da Biblioteca Nacional).

32 — *Jornal do Comércio,* de 14 de setembro de 1841. *O Despertador* (31 de setembro) procurou atenuar a violência do incidente, mas *O Maiorista* deu um relato verdadeiro e cru: Alencar esbofeteou o colega (Núms. 42 e 43, de 14 e 16 de setembro).

33 — "A escolha de senador pelo Ceará"

"Depois de 7 meses de uma demora escandalosamente calculada, teve enfim lugar a escolha de um senador pela Província do Ceará, e, contra geral expectativa, foi preterido o sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, cujo nome achava-se em primeiro lugar na lista tríplice e nomeado em vez dêle o sr. Manuel do Nascimento Castro e Silva.

"Em concorrência com qualquer outro cidadão, nós nada teríamos sem dúvida que censurar na preferência do sr. Nascimento; e antes pelo contrário, acharíamos muito acertada e digna, porque reconhecemos as suas qualidades e sabemos fazer-lhe justiça, tanto mais quanto havia sido uma vez defraudado do seu direito pela nomeação do sr. Calmon, dêsse senador por graça do Senado, e a pretexto de uma eleição feita, como as baionetas quiseram.

"Mas em uma lista em que vinha o nome do sr. Antônio Carlos, a escolha estava feita, nenhum outro, fôsse, quem fôsse, lhe poderia ser anteposto; e o próprio sr. Nascimento, como judiciosamente observou o *Diário do Rio,* não teria de queixar-se, recaindo a opção imperial sôbre um homem que está fora da linha comum, já pela vastidão de seus conhecimentos, já pelos inapreciáveis serviços que por si e sua família prestara à Independência do país e também ao Sr. D. Pedro II, a cujo reconhecimento parecia ter direito."

. . . . . .

(*O Maiorista,* n.º 71, de 25 de novembro).

:—:—:

"O sr. Manuel do Nascimento Castro e Silva foi o escolhido na lista tríplice do Ceará para senador do Império. Tendo êste senhor concorrido com o sr. Antônio Carlos e com o sr. padre Sucupira, parece que não havia que hesitar na escolha

e que a preferência devia ser dada ao sr. Antônio Carlos, cidadão que goza de grande reputação de saber. Temos que o mesmo sr. Castro e Silva não se ofenderia pela preferência." (*Diário do Rio de Janeiro*, sábado, 20 de novembro de 1841).

34 — Constituída de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (*Anais do Senado do Império*).

35 — Eleito presidente com 31 votos, na sessão de 4 de maio (*Anais do Senado*, cit.).

36 — Marcos Antônio Monteiro de Barros, senador pela Província de Minas Gerais, nomeado por D. Pedro I, por decreto de 22 de janeiro de 1826.

37 — Antônio da Cunha de Vasconcelos, padre, senador pela Província da Paraíba do Norte, nomeado por carta imperial de 23 de dezembro de 1835.

38 — Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda, mais tarde Marquês do mesmo título. Senador pela Província de Pernambuco, nomeado por carta imperial de 5 de setembro de 1837.

39 — *Anais*, cit.

40 — Foi o 5.º Gabinete do govêrno de D. Pedro II, constituindo-se a 26 de maio de 1845, permanecendo no poder até 2 de maio do ano seguinte:

Ministro do Império	— José Carlos Pereira de Almeida Tôrres
Ministro da Justiça	— José Carlos Pereira de Almeida Tôrres Antônio Paulino Limpo de Abreu (5 de outubro) Joaquim Marcelino de Brito (26 de abril de 1846).
Ministro dos Estrangeiros	— Antônio Paulino Limpo de Abreu
Ministro da Fazenda	— Manuel Alves Branco
Ministro da Marinha	— Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque
Ministro da Guerra	— Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque

(*Org. e Programas Ministeriais*, págs. 95/96).

41 — Azevedo Marques, *Apontamentos da Província de São Paulo* (tomo I, págs. 61/62).